

Demonstrações Financeiras

Broto Legal Alimentos S.A.

31 de dezembro de 2022
com o Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de Reais)

Em cumprimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, a Companhia Broto Legal Alimentos S.A. apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício de 2022. Este documento destaca as principais ações realizadas no período e resultado do trabalho desempenhado por seus administradores.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O cenário mundial em 2022 apresentou-se instável, com deterioração dos indicadores econômicos, por conta da elevação do custo de vida, taxas de juros elevadas, guerra no Leste Europeu e incertezas políticas. Essa desaceleração na economia externa afetou o Brasil, principalmente com a inflação dos alimentos devido ao aumento de custos no decorrer da cadeia de valor, agravado também pelas consequências de um ano eleitoral conturbado e pela falta de ações que pudessem contribuir para melhoria das condições econômica e social do país. Estes eventos impactaram no planejamento operacional de vendas da Companhia.

A estratégia adotada pela Companhia para o ano foi buscar uma recuperação dos resultados perdidos em 2021 e, principalmente, um reposicionamento da marca no mercado. Diante dessa retomada de margens, já esperava uma queda nos volumes de alguns itens de seu portfólio. Os volumes realizados estiveram abaixo ao que havia sido projetado para o ano, porém a administração das margens nos repasses de preço contribuiu para o equilíbrio da receita tanto no mercado interno, quanto no mercado externo. No cenário internacional a Companhia retomou as suas negociações comerciais em um cenário de competitividade de preços mais equilibrados em comparação ao exercício de 2021, apesar dos conflitos no leste europeu, o câmbio, a estabilização do preço da matéria prima e a disponibilidade de transporte marítimo, que favoreceu custos dos fretes, trouxe um incremento no resultado da Companhia.

No dia 01 de junho de 2022 houve uma reestruturação societária na Companhia. Nesta data foi concretizada a venda das Ações da Companhia Broto Legal Alimentos S.A. para a UBL Participações Ltda. (CNPJ 45.971.340/0001-06), controlada pela Urbano Agroindustrial Ltda. (CNPJ 84.432.111/0001-67), localizada na cidade de Jaraguá do Sul (SC). A alteração da estrutura societária fortaleceu a Companhia trazendo mais equilíbrio financeiro e solidez para seu crescimento.

O ano de 2022 demonstrou ter sido desafiador para a Companhia, porém, com esforço da administração em aumentar eficiências administrativas e operacionais, foi possível encerrar o exercício com Receita Líquida trazendo margens melhores, comparadas ao ano de 2021 e, construir um planejamento mais sólido para enfrentar os desafios do próximo período, buscando sempre a rentabilidade da operação em suas ações comerciais, fortalecendo as parcerias com seus clientes e fornecedores e reafirmando a sua presença na vida dos consumidores.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A Companhia apresenta prejuízos nos períodos de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no montante de R\$(18.963) e R\$(18.764), respectivamente. Houve redução na receita líquida, pois a Companhia mudou sua estratégia para se fortalecer no segmento premium, iniciada no primeiro trimestre de 2022, reposicionando seus preços e valorizando sua qualidade e sua marca conquistada ao longo da sua história. Essa decisão estratégica de reposicionamento de preços fez com o volume projetado para comercialização, não fosse alcançado, mesmo tendo previsto uma redução na quantidade comercializada em busca de rentabilidade melhor, quando comparada ao mesmo período de 2021.

Receita líquida

Mesmo tendo uma redução na receita líquida de R\$(106.197), representado por R\$406.554 em 31 de dezembro de 2022 comparado a R\$512.751 em 31 de dezembro de 2021 a Companhia conseguiu melhorar a margem em 3 pontos percentuais.

Lucro bruto

A variação negativa no Lucro Bruto foi de R\$10.432 sendo que em 31 de dezembro de 2022 o lucro bruto foi de R\$56.462 e 31 de dezembro de 2021 foi de R\$66.894, demonstrando que mesmo vendendo menos a rentabilidade foi melhor em 1 ponto percentual.

Despesas/receitas operacionais

A linha das despesas apresentaram variações, principalmente as despesas comerciais, apresentando uma redução de R\$15.983 quando comparado ao resultado em 31 de dezembro de 2022 com o mesmo período de 2021 (R\$36.115 versus R\$52.098 respectivamente), muito em função da redução na linha de fretes de distribuição e comissões sobre vendas.

Já a linha de outras despesas/receitas operacionais, quando comparado com o resultado acumulado de 2022 com o resultado acumulado de dezembro de 2021, apresenta uma variação positiva muito em função da venda de ativos de uma filial desativada onde trouxe um valor positivo de R\$7.881 Em relação ao desempenho considerando a base de Receita Líquida demonstramos a seguir a flutuação dos pontos percentuais nos períodos. Com a venda destes ativos desta filial, o grupo das despesas e receitas operacionais da Companhia apresentou uma melhora de 2,04 pontos percentuais.

Lucro antes do resultado financeiro

O lucro antes do resultado financeiro apresenta uma melhoria de 2,88 pontos percentuais, um lucro antes do resultado financeiro de R\$2.503 em 31 de dezembro de 2022 versus um prejuízo de R\$(11.603) em 31 de dezembro de 2021.

Resultado financeiro

Quanto ao resultado financeiro, aumentou 4,24 pontos percentuais, R\$(29.985) em 31 de dezembro de 2022 (R\$16.052) em 31 de dezembro de 2021. O principal fator que impactou o resultado financeiro foi a elevação da taxa CDI que passou a ser de 13,65 pontos percentuais em 31 de dezembro de 2022 enquanto em 31 de dezembro de 2021 era apenas de 9,15%. Como a Companhia remunera seus empréstimos, de maiores valores, atrelado à taxa CDI, acabou pagando mais juros, sendo que nos primeiros 12 meses de 2022 pagou R\$38.535 e nos 12 primeiros meses de 2021 pagou apenas R\$14.658 em juros.

Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos apresenta prejuízo, representando uma queda em 1,37 pontos percentuais, prejuízo de R\$(18.963) em 31 de dezembro de 2022 e R\$(18.764) em 31 de dezembro de 2021.

Apesar de ter apresentado prejuízo no exercício, muito devido ao custo financeiro pela alta taxa da CDI, e não ter alcançado o volume de vendas planejado, a Companhia melhorou sua rentabilidade, mantendo para o período de 2023 a expectativa de resultados muito melhores que o apresentado em de 2022.

EBITDA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(18.963)	(18.764)
Impostos sobre o resultado	8.519	8.891
Resultado financeiro líquido	(29.985)	(16.052)
Depreciações e amortizações	(20.492)	(18.002)
EBITDA	22.995	6.399

Mesmo a Companhia tendo um faturamento reduzido em R\$106.197 no ano, conseguiu uma margem operacional muito mais saudável, apresentando um EBITDA de R\$22.995 no exercício de 2022, alcançando 5,66 pontos percentuais sobre a receita líquida versus R\$6.399 no exercício de 2021 alcançando apenas 1,25 pontos percentuais sobre a receita líquida.

Indicadores contábeis

A Companhia apresenta fluxo de caixa operacional em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$(3.934) em 2021, no montante de R\$(21.894). Patrimônio líquido positivo no montante de R\$260.878 (R\$47.068 em 31 de dezembro de 2021), e capital circulante líquido positivo de R\$80.895 (negativo de R\$80.433 em 31 de dezembro de 2021). O resultado positivo do capital circulante líquido do período é devido a entrada de recursos financeiros. Já o saldo de caixa reduziu R\$6.746, de R\$28.024 em 31 de dezembro de 2021 para R\$21.278 em 31 de dezembro de 2022, muito em função à liquidação de compras com fornecedores e quitação de empréstimos, sendo estes não renovados.

A Administração da Companhia concluiu que possui expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar seus passivos para os próximos 12 meses, demonstrando que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, conclui que é adequado utilização do pressuposto de continuidade operacional para elaboração de suas demonstrações financeiras. Além disso, se necessário e a qualquer momento, por meio de sua controladora UBL participações se compromete a efetuar eventual aporte de capital a fim de que a posição de caixa livre volte a ficar positivo.

GESTÃO FINANCEIRA

Com a aquisição da Companhia pela UBL Participações, a controladora realizou aporte financeiro de R\$196.700 no período com a finalidade de diminuição dos compromissos financeiros da controlada (Broto Legal), permitindo um custo financeiro mais saudável. Com esta ação, o custo financeiro projetado para o próximo período terá uma redução de R\$27.000 em juros, contribuindo para um fortalecimento de caixa e melhoria dos indicadores da controlada. Com este aporte de Capital recebido, o endividamento da Companhia reduziu em 65 pontos percentual, sendo que no final do exercício de 2021 o endividamento era de R\$266.216 e no final de 2022 o endividamento é de R\$92.806.

NEGÓCIOS

Apesar dos resultados atingidos em 2022 e o cenário otimista gerado sobre 2023, o ano se comportou de forma prejudicial ao ramo de arroz que representa 70% das vendas da Companhia. As indústrias do segmento de arroz e feijão sofreram no início de 2022 com os impactos climáticos e com as expectativas do mercado na quebra de safra. O início do ano foi marcado pelo reposicionamento dos preços pelo mercado e diante de uma cadeia de consumo mais conservadora. Esse movimento de retração do consumo forçou os mercados a administrarem seus estoques impactando também na indústria onde não teve a força de venda esperada para início do ano.

Ainda que o ano não tenha sido como o planejado, os trabalhos voltados para a redução dos custos, administração das margens e reposicionamento de mercado no segmento premium, atrelado à uma boa administração dos estoques se mostrou eficaz e fez com que o impacto sofrido pela redução das margens impostas pelo mercado no ano anterior fosse parcialmente recuperadas.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposto na Instrução CVM nº. 381/03, de 14/01/2003, e em suas políticas internas, a Broto Legal Alimentos S.A. preserva a independência do auditor, de acordo com a regulamentação aplicável, na contratação de serviços relacionados a auditoria externa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os auditores independentes prestaram serviços relacionados a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria Executiva da Broto Legal Alimentos S.A. declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

* * *

JAIR EDUARDO FRANZNER
CEO

EMILY FRANZNER FLORIANI
CFO

HERMERSON MONTEIRO DE SOUZA
Contador
CRC 1SP-298795/O-0

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Broto Legal Alimentos S.A.
Campinas (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Broto Legal Alimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Broto Legal Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A Companhia realiza o reconhecimento da receita de vendas a clientes sob uma variedade de termos e condições, cuja entrega do produto não ocorre necessariamente na mesma data da emissão da fatura. A mensuração do valor da receita a ser reconhecida, incluindo a determinação do momento apropriado de reconhecimento dessa receita a partir da determinação de quando o cliente obtém o controle do produto para cada transação de venda, implica em certo nível de julgamento por parte da Administração. As receitas auferidas pela Companhia e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados nas notas explicativas 4 (i) e 20 das demonstrações financeiras.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido aos montantes envolvidos e pelo risco de reconhecimento de receita em período contábil incorreto, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal (período de corte), considerando o julgamento aplicado na determinação do momento em que o cliente obtém o controle sobre o produto vendido.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) o recálculo das estimativas para reversão de vendas faturadas no período de corte cujo controle dos produtos não tenha sido integralmente transferido aos clientes; (ii) análise de lançamentos considerados como não rotineiros; e (iii) leitura e entendimento dos termos contratuais junto aos clientes e inspeção de documentação para uma amostra de vendas registradas durante o exercício com observância à efetiva realização financeira.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita no exercício, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela Administração para o registro das receitas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4 (i) e 20 são razoáveis, no entanto identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de provisão para reconhecimento de receita que não atingiram os critérios indicados nas referidas notas explicativas, sendo este ajuste não registrado pela Administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos, relacionados a temas tributários, cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa 17. Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, a Companhia constituiu provisão para contingências no montante de R\$779 nas demonstrações financeiras. Para as demandas cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível no montante de R\$42.664, a Companhia realizou divulgação em nota explicativa. Para as referidas causas, a Companhia possui depósito judicial no montante de R\$22.863 que dependem da resolução das discussões para realização.

Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas, bem como ao fato de que a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportada por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos e internos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração; (ii) envolvimento de especialistas tributários, quando necessário, para nos auxiliar na interpretação e avaliação de riscos de causas mais subjetivas; e (iii) efetuamos indagações com a Administração e com os seus especialistas para discutir a evolução dos principais processos judiciais em andamento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de ativos fiscais diferidos

A Companhia possui saldos de ativo diferido que são avaliados anualmente em relação a sua realização com base em projeções futuras elaboradas pela Administração, em 31 de dezembro de 2022 a Administração estima que irá gerar lucro tributável superior ao saldo de impostos diferidos ativos nos próximos dez anos conforme mencionado em nota explicativa 18. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu o montante líquido de R\$9.624 nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise das projeções de fluxo de caixa preparados pela Administração, considerando a razoabilidade das principais premissas utilizadas, tais como os resultados já realizados, dados externos de crescimento do setor, efeito de juros e inflação; (ii) avaliação da integridade aritmética dos cálculos; e (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.



Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela Administração para o registro dos impostos diferidos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4 (g) e 18 são razoáveis, no entanto identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de provisão para *impairment* sobre a realização de ativos fiscais diferidos por ocasião do tempo estimado de recuperação, sendo este ajuste não registrado pela Administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 31 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada





Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SC-000048/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fabiano Agostini', written over a circular stamp or mark.

Fabiano Agostini
Contador CRC-SC-029999/O

Broto Legal Alimentos S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.278	28.024
Contas a receber	7	63.714	51.061
Estoques	8	54.168	53.527
Impostos a recuperar e a compensar	9	5.465	12.137
Adiantamento a fornecedores		4.150	2.687
Empréstimos à partes relacionadas	15	-	7.540
Outros créditos	11	3.528	4.335
Total do ativo circulante		152.303	159.311
Não circulante			
Impostos a recuperar e a compensar	11	15.177	20.506
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	9.624	175
Empréstimos à partes relacionadas	15	-	122
Depósitos judiciais	17	22.863	20.331
Outros créditos	11	11.375	-
Total do realizável a longo prazo		59.039	41.134
Imobilizado	10	108.982	87.907
Intangível	12	59.628	68.916
Total do ativo não circulante		227.649	197.957
Total do ativo		379.952	357.268

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	-	62.457
Arrendamento mercantil		1.595	2.102
Certificado de registro do agronegócio a pagar	14	44.324	131.733
Fornecedores	16	15.221	30.276
Obrigações sociais e trabalhistas		2.341	3.613
Impostos a recolher		7.663	7.615
Provisões diversas		-	1.411
Outras obrigações		264	537
Total do passivo circulante		71.408	239.744
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	2.531	67.434
Arrendamento mercantil		822	2.489
Certificado de registro do agronegócio a pagar	14	43.534	-
Provisão para contingências	17	779	533
Total do passivo não circulante		47.666	70.456
Patrimônio líquido	19		
Capital social		124.617	88.544
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		196.700	-
Reserva de investimento		3.273	3.273
(-) Prejuízos acumulados		(63.712)	(44.749)
Total patrimônio líquido		260.878	47.068
Total do passivo e patrimônio líquido		379.952	357.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	20	406.554	512.751
Custo dos produtos vendidos	21	(350.092)	(445.857)
Lucro bruto		56.462	66.894
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas de vendas	21	(36.115)	(52.098)
Despesas administrativas e gerais	21	(25.725)	(26.629)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	22	7.881	230
		(53.959)	(78.497)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		2.503	(11.603)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	23	(39.897)	(21.938)
Receitas financeiras	23	9.912	5.886
		(29.985)	(16.052)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(27.482)	(27.655)
Corrente	18	(930)	(131)
Diferido	18	9.449	9.022
Prejuízo do exercício		(18.963)	(18.764)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	<u>(18.963)</u>	<u>(18.764)</u>
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	<u>(18.963)</u>	<u>(18.764)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de investimento	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2021	88.544	-	3.273	(25.985)	65.832
Prejuízo do exercício	-	-	-	(18.764)	(18.764)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.544	-	3.273	(44.749)	47.068
Aumento de Capital	36.073	-	-	-	36.073
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	196.700	-	-	196.700
Prejuízo do exercício	-	-	-	(18.963)	(18.963)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	124.617	196.700	3.273	(63.712)	260.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(18.963)	(18.764)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	10 e 12	20.492	18.002
Provisões para contingências		246	11
Provisões diversas		(1.411)	(459)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		1.409	870
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	10 e 12	6.421	740
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	18	(9.449)	(9.022)
Juros e variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	31.139	15.146
		29.884	6.524
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(14.062)	(51.931)
Estoques		(641)	29.627
Impostos a recuperar/compensar		12.001	13.798
Depósito judicial		(2.532)	(2.090)
Adiantamento a fornecedores		(1.463)	3.822
Fornecedores e outras obrigações		(15.329)	(18.924)
Impostos a recolher		48	1.369
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.272)	843
Varição nos outros ativos e passivos		(10.568)	60
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(4.992)
Caixa e equivalentes de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(3.934)	(21.894)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital		196.700	-
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 12	(2.626)	(4.049)
Caixa e equivalentes de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		194.074	(4.049)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	(38.535)	(14.658)
Captação empréstimos e financiamentos	13	26.500	162.578
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	(147.047)	(143.311)
Amortização de arrendamento mercantil		(1.660)	(1.660)
Pagamento de certificados de recebíveis do agronegócios	14	(43.806)	(21.918)
Empréstimos concedido à parte relacionada - Liberação	15	(12.000)	(7.472)
Empréstimos concedido à parte relacionada - Recebimentos	15	19.662	2.000
Pagamento de empréstimo obtido com parte relacionada	15	-	(3.500)
Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(196.886)	(27.941)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(6.746)	(53.884)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	28.024	81.908
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	21.278	28.024
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(6.746)	(53.884)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Broto Legal Alimentos S.A. ("Broto Legal" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, tem sua sede localizada na Rua Pedro Stancato, 488 - Campo dos Amarais, Campinas, estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia tem por objeto:

- (i) Importação, exportação, industrialização e comércio de produtos alimentícios em geral;
- (ii) Importação, exportação, e comércio de pescados e frutos do mar;
- (iii) Importação, exportação e comércio de cereais e leguminosas beneficiadas;
- (iv) Importação, exportação e comércio de óleos e gorduras;
- (v) Importação, exportação e comércio de carnes bovinas e suínas e derivados;
- (vi) Importação, exportação, indústria e comércio de produtos do arroz; beneficiamento de arroz;
- (vii) Industrialização por terceiros de produtos de mandioca, milho e seus derivados, tais como, mas não se limitando a farinha, farofa, amido, fécula, fécula hidratada;
- (viii) Beneficiamento de produtos industrializados da mandioca, milho e seus derivados, tais como, mas não se limitando a farinha, farofa, amido, fécula, fécula hidratada; e
- (ix) Participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

No dia 01 de junho de 2022 foi concretizada a venda das Ações da Companhia Broto Legal Alimentos S.A. para a UBL Participações Ltda. (CNPJ 45.971.340/0001-06), controlada pela Urbano Agroindustrial Ltda. (CNPJ 84.432.111/0001-67), localizada na rua João Januário Ayroso, São Luis, Jaraguá do Sul - SC. Além da alteração no quadro societário e alteração da Diretoria da Companhia, neste mesmo dia, conforme definido na negociação comercial, foi realizada a transferência de propriedade de bens imóveis, silos e máquinas do ex-sócio Washington Umberto Cinel, avaliados pelo valor de R\$36.073 para a Companhia. Os bens cedidos foram utilizados para aumento do capital social, tendo reflexo no aumento do ativo imobilizado. Neste evento foram emitidas 29.800.258 (vinte nove milhões, oitocentos mil e duzentos e cinquenta e oito) ações ordinárias de Classe A e 42.463.144 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e cento e quarenta e quatro) ações ordinárias de Classe B. Com essa integralização o capital social da Broto Legal Alimentos S.A. passou de R\$88.544 para R\$124.617.

O número de ações da Companhia passa a ser 81.372.334 (oitenta e um milhões, trezentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta e quatro) ações ordinárias classe A e 81.372.333 (oitenta e um milhões, trezentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta e três) ações ordinárias classe B e 913.952 (novecentos e treze mil, novecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais de propriedade da UBL Participações Ltda.

A Administração entende que a alteração societária e ações tomadas têm impactado positivamente as finanças e operações da Companhia, não deixando dúvidas em relação a plena continuidade operacional, ainda que tenha observado prejuízo ao final do exercício de 2022.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), adotados no Brasil com aprovação do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

Alguns valores de exercícios correspondentes foram reclassificados entre rubricas para melhor representação e comparabilidade em relação aos saldos de 31 de dezembro 2021. A Administração considerou que os valores são irrelevantes para fins de reapresentação. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação

- Nota explicativa 7 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.
- Notas explicativas 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 18 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 24).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 24.

4. Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio calculada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento do exercício.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte nas disposições do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado pelo VJR (valor justo por meio do resultado), de custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo é mensurada inicialmente pelo preço da transação.

ii) *Classificação e mensuração subsequentes*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado e mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a menos que a Companhia modifique o modelo de negócios para a administração dos ativos financeiros. Nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período do balanço subsequente à modificação no modelo de negócio.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições abaixo e não for designado como mensurado ao VJR:

- Se for mantido em um modelo de negócio cuja finalidade seja para manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa apenas relacionados com o pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições abaixo e não for designado como mensurado ao VJR:
- For mantido em um modelo de negócio cuja finalidade seja atingida pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa apenas relacionados com o pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequentes--Continuação*

Ativos financeiros - Avaliação de modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação da finalidade do negócio no qual um ativo financeiro é mantido na carteira, uma vez que isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é administrado, e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem as políticas e metas estabelecidas pela carteira e a operacionalização prática dessas políticas. Elas incluem a questão de se a estratégia da administração se concentra em obter receitas de juros contratuais, mantendo um certo perfil de taxa de juros, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração dos passivos relacionados ou das saídas de caixa esperadas, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos:

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia.
- Riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e dos ativos financeiros mantidos no modelo de negócio) e a forma como esses riscos são administrados; e
- A taxa de vendas, volume e período de vendas de ativos financeiros em períodos anteriores, os motivos para essas vendas e expectativas de vendas futuras.

Transferências de ativos financeiros a terceiros em transações não qualificadas para o desreconhecimento não são consideradas vendas, o que é consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados com um desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos do principal e juros.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequentes--Continuação*

Ativos financeiros - Avaliação de modelo de negócio--Continuação

Para fins de avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. “Juros” é definido como uma contraprestação pelo valor em dinheiro no momento e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais dos instrumentos para avaliar se fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia modificar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais para que ele não atenda essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera o seguinte:

- Eventos contingentes que modificam o valor ou período dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- pagamento antecipado e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, com base no desempenho de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, acrescido de receita de juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. Receita de juros, variação cambial ativa e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda de desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequentes*--Continuação

Passivos financeiros -Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio de resultado se for classificado como mantido para negociação, se for um derivativo ou atribuído como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, mais juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Despesa com juros, e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda de desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais ao recebimento de fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e recompensas da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém todos os riscos de titularidade e recompensas dos ativos financeiros e também não detém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Desreconhecimento--Continuação*

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liberadas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes se um novo passivo financeiro com base nos termos alterados for reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo os ativos transferidos que não passam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) *Compensação*

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem um direito legalmente exequível de compensar e existir a intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio de aquisição. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

d) Ativo Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos em condições de utilização para o uso pretendido, os custos de desmontar e remover os itens e restaurar o local onde eles estão localizados.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Ativo Imobilizado--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

O software comprado que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento relacionado é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do ativo imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do ativo imobilizado.

O ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é determinado pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e é reconhecido líquido dentro de outras receitas/outras despesas no resultado. Quando ativos revalorizados são vendidos, qualquer montante relacionado incluído na reserva de reavaliação é transferido para os lucros acumulados.

Custos subsequentes

O custo de substituição de um componente de um item do ativo imobilizado é reconhecido no valor contábil do item se for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao componente fluirão para a Companhia, e seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil do componente substituído é baixado. Os custos do uso rotineiro do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é baseada na vida útil dos ativos. Componentes significativos de um ativo individual são avaliados e, se um componente tiver uma vida útil que seja diferente do restante desse ativo, esse componente é depreciado separadamente.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear de cada componente de um item do ativo imobilizado.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada, que é embasada em suas práticas e experiência anterior e refletem a vida econômica desses ativos.

A depreciação é baseada na avaliação interna da Companhia, que calculou as vidas úteis conforme descrito na nota explicativa 10.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Ativos intangíveis

Declarados ao custo de aquisição ou formação, menos amortização, que é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o período de contribuição de tais ativos intangíveis. Na data do balanço, quando necessário, esses ativos sofrem perdas por redução ao valor recuperável e uma provisão é reconhecida.

f) Redução ao valor recuperável

i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- Ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.
- A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos--Continuação*

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao acionista em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos--Continuação*

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados em cada data de apresentação para avaliar se há indícios de perda por redução ao valor recuperável. Se tal indício existir, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e a base tributável correspondente utilizada na apuração do lucro real, incluindo o saldo dos prejuízos fiscais, quando aplicável. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais transportados, na medida em que seja provável que o lucro real esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais transportados possam ser utilizados.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado no final de cada período de balanço e reduzido na medida em que não é mais provável que o lucro real suficiente estará disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, e é provável que a Companhia seja obrigada a honrar tal obrigação, e uma estimativa confiável pode ser feita no montante da obrigação. O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contraprestação necessária para liquidar a obrigação ao final do período de relatório, levando-se em conta os riscos e incertezas em torno da obrigação.

i) Receita

A Companhia reconhece suas receitas seguindo as 5 etapas trazidas pelo CPC 47, que resumidamente consistem em:

i) *Identificação do contrato*

Esta etapa consiste em identificar o contrato ou contratos para fornecimento de bens ou serviços para os clientes, que podem ser escritos, verbais ou implícitos de acordo com as práticas comerciais usuais da entidade. Outro ponto relevante é que contrato de cliente precisa atender também outros 4 critérios:

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Receita--Continuação

i) *Identificação do contrato*--Continuação

- (a) Reconhecimento da contraprestação é provável;
- (b) O contrato tem que possuir substância comercial;
- (c) Poder identificar os direitos aos bens ou serviços e condições de pagamentos; e
- (d) Um contrato existe se as partes estão comprometidas com suas obrigações, ou seja, se foram aprovadas

ii) *Identificação das obrigações de desempenho descritas no contrato*

Nesta etapa, a entidade identifica todos bens e serviços prometidos e avalia se esses bens e serviços constituem obrigações de desempenho separadas, ou seja, com múltiplos entregáveis. Se esses bens ou serviços são distintos, as promessas são obrigações de desempenho e são contabilizados separadamente. Para avaliação da existência ou não de bens distintos utiliza-se dois critérios. O primeiro critério diz respeito ao benefício que o cliente pode ter por conta própria ou em conjunto com recursos que já estão prontos e disponível para ele. O segundo critério que deve ser observado é a identificação separada de cada uma das promessas descritas no contrato.

iii) *Determinação do preço da transação*

Nesta etapa determina-se o montante que uma entidade tem direito em troca da transferência de bens e serviços para um cliente excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, como alguns impostos sobre vendas por exemplo. A contraprestação prometida em um contrato pode incluir valores variáveis, fixos, ambos ou uma contraprestação que não seja dinheiro. A contraprestação variável leva em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções, bônus, outros incentivos comerciais.

Para determinação do valor é necessário considerar o risco de retorno da receita, determinar se a contraprestação representa uma redução do preço de transação, pagamento de bem ou serviço distinto ou uma combinação dos dois. Além disso, na contraprestação não monetária, se razoavelmente estimável, esta deverá ser mensurada pelo valor justo, caso não se utilize o preço de venda e para os contratos com financiamentos significativos a entidade deve refletir o valor do dinheiro ao longo do tempo e ajustar o valor prometido.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Receita--Continuação

iv) *Alocação do preço da transação*

Nesta etapa, após definição do preço da transação, deverá alocar esse preço a cada obrigação de desempenho que foi identificada na segunda etapa prevista na norma na proporção do seu preço de venda independente, que pode ser entendido como um preço observável de vendas do bem ou serviço para clientes em situação semelhante.

v) *Reconhecimento da receita*

A receita de uma venda deve ser reconhecida quando a entidade vendedora cumpre sua obrigação de desempenho pela transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A norma esclarece que ativos são transferidos ao cliente quando (ou na medida em que) o cliente obtém controle sobre o ativo, ou seja, quando o cliente tem a capacidade de direcionar seu uso e obter os benefícios remanescentes do ativo. Portanto, quando o cliente obtém o controle do ativo objeto do contrato de venda, a obrigação de desempenho é satisfeita e a receita passa a ser reconhecida.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre investimentos de curto prazo e ganhos de variação cambial.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos/financiamentos e perdas de variações cambiais.

k) Benefícios a empregados

i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Arrendamento mercantil

A Companhia reconhece o direito de uso e o passivo do arrendamento mercantil a partir do início do contrato.

O valor de reconhecimento inicial é baseado no valor presente das parcelas pagar, utilizando-se de juros implícitos no contrato ou a taxa equivalente aplicada pelo mercado.

A Companhia não aplica as normas para bens com valores reduzidos e com prazo contratual inferior a doze meses.

Os contratos aplicados são referentes à salas comerciais, galpões e máquinas e equipamentos, no qual possuem prazo contratual entre 1 e 5 anos.

m) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é aquele sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As demonstrações financeiras da Companhia não foram afetadas por esta alteração.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração veta a dedução do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras da Companhia não foram afetadas por esta alteração.

Referências à estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da *IFRS 3 Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da *IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou *IFRIC 21 Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da *IAS 37* ou *IFRIC* respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à *IFRS 3* para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

As demonstrações financeiras da Companhia não foram afetadas por esta alteração.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

5. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. A Companhia optou em não adotar a norma antecipadamente.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro). Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Com relação as alterações emitidas pelo IASB para o IAS 8, no qual introduz a definição de estimativa contábeis. As alterações elucidam a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Ainda abordam como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. A Companhia optou em não adotar a norma antecipadamente.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

5. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

As alterações emitidas pelo IASB em fevereiro de 2021 sobre o IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 *Making Materiality Judgements*, fornecendo guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia optou em não adotar as alterações antecipadamente.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	496	2.274
Aplicações	<u>20.782</u>	<u>25.750</u>
	<u>21.278</u>	<u>28.024</u>

As aplicações financeiras correspondem a investimentos temporários indexados à variação do CDI. As taxas pactuadas remuneram esses investimentos em aproximadamente 100% da variação do CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento sem qualquer ônus para a Companhia.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, quando aplicável.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber mercado interno	67.937	58.768
Contas a receber mercado externo	5.135	2.973
Contas a receber cedidos para bancos sem coobrigação	-	(3.019)
Descontos concedidos	(2.985)	(2.697)
Provisão para perdas estimadas de créditos	(6.373)	(4.964)
	<u>63.714</u>	<u>51.061</u>

Os recebíveis são considerados dentro de um modelo de negócio mantido para recebimento consistente com o reconhecimento contínuo dos recebíveis pela Companhia.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	64.668	53.405
Vencidos:		
Entre 1 e 30 dias	1.887	323
Entre 31 e 90 dias	27	268
Entre 91 e 180 dias	117	350
Entre 181 e 365 dias	83	2.777
Há mais de 365 dias	6.290	4.618
	<u>73.072</u>	<u>61.741</u>

A Administração constitui, quando necessário, provisão para perdas estimadas de créditos em montante considerado suficiente para fazer jus as prováveis perdas na realização do saldo de contas a receber.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldos em 1º de janeiro de 2021	(4.094)
Reversão de provisão	2.298
Constituição de provisão de perda	(3.168)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(4.964)
Reversão de provisão	2.818
Constituição de provisão de perda	(4.227)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(6.373)

8. Estoques

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mercadoria para revenda	1.678	60
Matéria prima	36.837	28.315
Estoques em poder de terceiros	653	1.477
Produto acabado	9.329	19.715
Estoque embalagens	3.174	3.507
Estoque em trânsito	1.985	-
Outros	512	453
	<u>54.168</u>	<u>53.527</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração da Companhia não identificou fatores que refletissem a necessidade de provisões para perdas nos estoques ou para sua realização.

9. Impostos a recuperar e a compensar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS e COFINS	13.193	12.820
Imposto de renda retido na fonte	184	19
ISS	-	3
INSS	65	40
ICMS (a)	2.632	7.692
ICMS-ST	29	29
Imposto de renda (b)	3.449	8.000
Constituição social sobre o lucro líquido (b)	1.090	4.040
	<u>20.642</u>	<u>32.643</u>
Imposto a recuperar circulante	5.465	12.137
Imposto a recuperar não circulante	15.177	20.506
	<u>20.642</u>	<u>32.643</u>

(a) ICMS - O uso do regime especial na importação de arroz tem beneficiado a Companhia a reduzir o saldo acumulado de ICMS.
(b) A redução do imposto de renda e da Contribuição social foi devida a restituição de créditos realizada junto à Receita Federal.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ativo de direito de uso	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo em 1 de janeiro de 2021	4.857	39.711	76.122	6.819	1.773	1.174	1.266	131.722
Depreciação em 1 de janeiro de 2021	-	(4.992)	(29.629)	(1.131)	(1.342)	(736)	(887)	(38.717)
Imobilizado em 1 de janeiro de 2021	4.857	34.719	46.493	5.688	431	438	379	93.005
Adições	-	1.436	2.234	-	31	31	255	3.987
Baixas	-	-	(490)	-	(28)	(3)	(255)	(776)
Depreciações	-	(1428)	(5.424)	(1.131)	(161)	(71)	(130)	(8.345)
Baixas de depreciações	-	-	14	-	22	-	-	36
Transferências	-	(50)	30	-	20	-	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2021	4.857	41.097	77.896	6.819	1.796	1.202	1.266	134.933
Depreciação em 31 de dezembro de 2021	-	(6.420)	(35.039)	(2.262)	(1.481)	(807)	(1.017)	(47.026)
Imobilizado em 31 de dezembro de 2021	4.857	34.677	42.857	4.557	315	395	249	87.907
Adições (a)	-	8.517	30.131	-	5	46	-	38.699
Baixas	(1.317)	(2.932)	(6.588)	-	(54)	(66)	(46)	(11.003)
Depreciações	-	(1.524)	(7.048)	(2.284)	(149)	(75)	(128)	(11.208)
Baixas de depreciações	-	633	3.842	-	41	47	24	4.587
Transferências	-	53	(53)	-	-	-	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2022	3.540	46.735	101.386	6.819	1.747	1.182	1.220	162.629
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	-	(7.311)	(38.245)	(4.546)	(1.589)	(835)	(1.121)	(53.647)
Imobilizado em 31 de dezembro de 2022	3.540	39.424	63.141	2.273	158	347	99	108.982
Taxa média de depreciação anual %	-	4%	10 a 12%	20%	20%	10 a 11%	20%	

(a) No dia 01 de junho de 2022 a Companhia elevou o seu Capital Social em R\$ 36.073, mediante a transferência de propriedade de bens imóveis, silos e máquinas do ex-sócio Washington Umberto Cinel. Neste evento societário foram emitidas 29.800.258 (vinte nove milhões, oitocentos mil e duzentos e cinquenta e oito) ações ordinárias de Classe A e 42.463.144 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e cento e quarenta e quatro) ações ordinárias de classe B. Essa transação não gerou fluxo de caixa e está sendo demonstrada de forma líquida na demonstração de fluxo de caixa.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

11. Outros créditos

A Companhia Broto Legal, no dia 03 de janeiro de 2022, realizou a venda dos ativos imobilizados de uma de suas filiais localizada na cidade de Uruguaiana-RS pelo valor de R\$13.690. Esta fábrica teve suas atividades encerradas em maio de 2021, como estratégia administrativa de redução de custos, já que a Companhia detinha duas filiais na mesma cidade. Em 2022, concretizou a negociação comercial de venda dos ativos. Do saldo apresentado, R\$13.060 refere a venda dos ativos, da filial desativada e os demais saldos referem a despesas antecipadas, Saldos a receber dos ex-sócios (Escrow) e adiantamento de férias para colaboradores. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo total de R\$14.903 está segreado em R\$3.528 no circulante e R\$11.375 no não circulante.

12. Intangível

	Softwares	Marcas	Acordo de não competição	Carteira de clientes	Goodwill (a)	Total
Intangível em 31 de dezembro de 2020	363	19.579	253	379	57.936	78.510
Adições	63	-	-	-	-	63
Amortizações	(127)	(9.034)	(117)	(379)	-	(9.657)
Total custo	862	45.176	584	6.827	57.936	11.385
Total amortização acumulada	(563)	(34.631)	(448)	(6.827)	-	(42.469)
Intangível em 31 de dezembro de 2021	299	10.545	136	-	57.936	68.916
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(5)	-	-	-	(5)
Amortizações	(132)	(9.034)	(117)	-	-	(9.283)
Total custo	862	45.171	584	6.827	57.936	111.380
Total amortização acumulada	(695)	(43.665)	(565)	(6.827)	-	(51.752)
Intangível em 31 de dezembro de 2022	167	1.506	19	-	57.936	59.628
Taxa média de amortização anual %	20%	20%	20%	33%	-	

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

12. Intangível--Continuação

a) Combinação de negócios

	<u>31/12/2021</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2022</u>
Marcas	10.539	(9.034)	1.505
Ativo imobilizado	23.278	(2.526)	20.752
Ativo intangível	42	(36)	6
Acordo de não competição	136	(117)	19
	<u>33.995</u>	<u>(11.713)</u>	<u>22.282</u>

Em 28 de fevereiro de 2018 a Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação S.A. ("Cinel") concluiu a aquisição da Broto Legal de seus acionistas. Pelo contrato de compra e venda de quotas, o vendedor transferiu 100% das ações pelo valor de R\$208.202 para a Cinel. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data de aquisição em 28 de fevereiro de 2018 foi o seguinte:

Contas a receber	24.294
Estoques	30.113
Outros créditos	8.727
Depósitos judiciais	12.728
Imobilizado	15.362
Empréstimos e financiamentos	(1.069)
Fornecedores	(2.529)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.080)
Impostos a recolher	(1.922)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(5.659)
Outras obrigações	(2.719)
Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos	<u>56.577</u>
Ativo adquirido líquido de caixa	131.823
Caixa e equivalentes de caixa	18.443
Ativo líquido adquirido	<u>150.266</u>
Valor de compra	<u>208.202</u>
Ágio	<u>57.936</u>

O preço total de compra para a aquisição da Broto Legal foi alocado com base no valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O valor estimado líquido na data de aquisição foi de R\$56.577, atribuído da seguinte forma:

Imobilizado	33.141
Marcas	45.171
Carteira de clientes	6.827
Acordo de não competição	584
Total	<u>85.723</u>
Impostos diferidos passivos, líquido	<u>(29.146)</u>
Valor Líquido	<u>56.577</u>

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

12. Intangível--Continuação

b) Amortização do intangível

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	5 anos
Carteira de clientes	3 anos
Acordo de não competição	5 anos

12.1. Testes do ágio para verificação de impairment

O valor recuperável foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. No período de 2022 a Companhia teve suas ações negociadas com ágio superior ao registrado. Portanto, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável foi necessário.

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos baseada nos títulos públicos de 10 anos emitidos no mercado relevante e na mesma moeda que os fluxos de caixa projetados, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da UGC.

Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada pelo menor entre o produto interno bruto (PIB) nominal e a taxa composta anual de longo prazo de crescimento do LAJIDA projetada pela Administração.

O LAJIDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento previsto da receita. O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas estimado e o aumento dos preços para os próximos cinco anos. Presume-se que os preços de venda aumentem a uma margem constante acima da inflação prevista para os próximos cinco anos, em linha com informações obtidas a partir de corretores externos que publicam uma análise estatística das tendências de mercado de longo prazo.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	31/12/2021	Captação	Juros e variação cambial incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2022
Crédito Rural	Banco do Brasil	6,4% à 8,8%	24.149	13.500	2.027	(7.676)	(32.000)	-
FINAME	Bancos Itaú, BRD, Santander, e Bradesco	3,0% à 8,4%	582	-	15	(19)	(578)	-
Capital de Giro	Banco do Brasil, Alfa, CCB,PINE,CEF	130% à 139% CDI	39.292	13.000	6.315	(6.608)	(49.468)	2.531
ACC	Banco do Brasil	4,2% à 7,25%	9.734	-	(461)	(272)	(9.001)	-
CDCA	Banco do Brasil	100% CDI	56.134	-	8.081	(8.215)	(56.000)	-
	Total		129.891	26.500	15.977	(22.790)	(147.047)	2.531
	Circulante		62.457					-
	Não Circulante		67.434					2.531

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	31/12/2020	Captação	Juros e variação cambial incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2021
Crédito Rural	Banco do Brasil	6,4% à 8,8%	-	24.000	669	(20)	(500)	24.149
FINAME	Bancos Itaú, BRD, Santander, e Bradesco	3,0% à 8,4%	1.073	-	84	(87)	(488)	582
Capital de Giro	Banco do Brasil, Alfa, CCB,PINE,CEF	130% à 139% CDI	98.830	71.400	5.727	(6.831)	(129.834)	39.292
ACC	Banco do Brasil	4,2% à 7,25%	10.787	10.906	796	(539)	(12.216)	9.734
Conta Garantida	Banco Daycoval	3,50%	-	272	55	(54)	(273)	-
CDCA	Banco do Brasil	100% CDI	-	56.000	134	-	-	56.134
	Total		110.690	162.578	7.465	(7.531)	(143.311)	129.891
	Circulante		105.179					62.457
	Não Circulante		5.511					67.434

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu com cláusulas restritivas (covenants) não financeiras. Não existem cláusulas restritivas vinculadas a índices financeiros.

Garantias

Capital de giro: Os empréstimos estão garantidos através de cessão de direitos de duplicatas mercantis.

14. Certificado de recebíveis do agronegócio a pagar

Em 10 de outubro de 2019 a companhia avisou ao Mercado, através de comunicado publicado no jornal Folha de São Paulo que requereu perante à CVM, em 23 de agosto de 2019, o pedido de registro de distribuição pública dos certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA") da 1ª série da 6ª emissão da intermediadora Isec Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ 08.769.451/0001-08, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, em conjunto com o BB Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, inscrita no CNPJ 24.933.830/0001-30, para distribuição pública de, inicialmente, até 150.000 (cento e cinquenta mil) CRAs, com valor nominal unitário, na data da emissão de R\$1.000 (mil reais), sendo que, este montante foi aumentado, de comum acordo entre a emissora, o coordenador líder BB Banco de Investimento S.A. e a Broto Legal Alimentos S.A. fechando a operação em 162.056 (cento e sessenta e dois mil e cinquenta e seis) CRAs, com valor nominal unitário, na data da emissão de R\$1.000 (mil reais).

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

14. Certificado de recebíveis do agronegócio a pagar--Continuação

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	31/12/2021	Captação	Juros incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2022
CRA	Banco do Brasil	115% CDI	139.517	-	15.396	(15.466)	(46.302)	93.145
Custos de captação			(7.784)	-	-	-	2.497	(5.287)
			<u>131.733</u>	<u>-</u>	<u>15.396</u>	<u>(15.466)</u>	<u>(43.805)</u>	<u>87.858</u>
		Circulante	131.733					44.324
		Não Circulante	-					43.534
Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	31/12/2020	Captação	Juros incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2021
CRA	Banco do Brasil	115% CDI	162.209	-	7.460	(7.001)	(23.151)	139.517
Custos de captação			(9.004)	(13)	-	-	1.233	(7.784)
			<u>153.205</u>	<u>(13)</u>	<u>7.460</u>	<u>(7.001)</u>	<u>(21.918)</u>	<u>131.733</u>
		Circulante	22.018					131.733
		Não Circulante	131.187					-

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não havia cumprido com os *covenants*, onde não atingiu o índice financeiro regulamentado na cláusula 6.2.1 do contrato. Diante deste fato, teve que apresentar seu endividamento em 31 de dezembro de 2021 no curto prazo, já que teve a cláusula de vencimento antecipado ativada. Nesta assembleia, realizada no dia 21 de julho de 2022, foi decretado o não vencimento antecipado e conseqüentemente a não realização do resgate antecipado dos CRA, nos termos da cláusula 6.2.2 do contrato.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia cumpriu os *covenants* financeiros vigentes relacionados ao CRA.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

14. Certificado de recebíveis do agronegócio a pagar--Continuação

Cláusulas restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) para cumprimento:

- Pagamento, pela Devedora de qualquer obrigação pecuniária devida sob os Certificados de recebíveis do agronegócio e/ou em decorrência da escritura de emissão nas respectivas datas de vencimento;
- Relatório intermediário de cada trimestre revisado por auditor independente, dentro no máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre encerrado em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano ou conforme menor prazo que vier a ser estabelecido na regulamentação aplicável; Cópia de suas informações financeiras trimestrais consolidadas completas relativas ao respectivo trimestre acompanhadas do relatório da administração e do relatório de revisão especial dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável;
- Declaração da Broto Legal, atestando (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura;
- Declaração de não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante o Debenturista e a Emissão.

15. Partes relacionadas

Empréstimos cedidos à partes relacionadas (a)

	31/12/2021	Concedido	Recebido	31/12/2022
Ativo Circulante - Empréstimos				
Empréstimos Lázaro Aparecido Moreto	2.540	-	(2.540)	-
Empréstimos Washington Humberto Cinel	5.122	12.000	(17.122)	-
	<u>7.662</u>	<u>12.000</u>	<u>(19.662)</u>	<u>-</u>
	31/12/2020	Concedido	Recebido	31/12/2021
Ativo Circulante - Empréstimos				
Empréstimos Lázaro Aparecido Moreto	2.190	350	-	2.540
Empréstimos Washington Humberto Cinel	-	7.122	(2.000)	5.122
	<u>2.190</u>	<u>7.472</u>	<u>(2.000)</u>	<u>7.662</u>

(a) Todos os saldos com Washington Umberto Cinel e Lázaro Aparecido Moreto foram quitados em 01 de junho de 2022, após a venda das ações da Companhia para a UBL Participações Ltda.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Outras transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo Circulante		
Adiantamento a fornecedores		
Fazenda Washington Umberto Cinel (a)	-	1.075
	-	1.075
Outros créditos		
Fazenda Washington Umberto Cinel	-	2.591
	-	2.591
Ativo Circulante - contas a receber		
Urbano Agroindustrial Ltda.	635	-
Total do ativo	635	3.666
Passivo Circulante - Fornecedores		
Urbano Agroindustrial Ltda.	(4.061)	-
Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. (b)	-	(45)
Gocil Serviços Gerais Ltda. (b)	-	(7)
Total do Passivo	(4.061)	(52)

Outras transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado – Custos (a)		
Nobre Alimentos Ltda.	(24.580)	-
Urbano Agroindustrial Ltda.	(7.138)	-
Total dos Custos	(31.718)	-
Resultado - Despesas administrativas		
GKX Consultoria Ltda.	(759)	(350)
Total de Despesas	(759)	(350)

(a) Os saldos de 2021, referentes a operações mantidas com Villa Oliva Rice S.A. e Fazenda Washington Umberto Cinel foram desconsideradas do exercício comparativo, considerando que não se caracterizam como operações com partes relacionadas ao fim de 2022 conforme julgamento da Administração. Para todos os efeitos, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2022 estão sendo considerados no grupo de fornecedores.

Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia referem-se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários, férias, 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos resultados. A remuneração do pessoal chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$584 (R\$592 em 2021).

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mercado interno	14.985	30.276
Mercado externo	236	-
	<u>15.221</u>	<u>30.276</u>

Abertura do saldo por natureza

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Compra de ativo imobilizado	32	125
Compra de embalagem	604	311
Compra de matéria prima	13.945	27.987
Serviços	640	1.853
	<u>15.221</u>	<u>30.276</u>

A Companhia não realizou compras relevantes no final de 2022, gerenciando o abastecimento de matéria-prima através de compras realizadas ao longo de 2022. Isso fez com que reduzisse o seu passivo com fornecedores no final do período. Nos períodos de 2021 e 2022 a Companhia não realizou bem como não contratou nenhuma operação financeira de risco sacado para compra de matéria-prima em 2022 e 2021.

17. Provisão para contingências e depósitos judiciais

Baseada em informações de seus assessores jurídicos sobretudo da esfera tributária, a Administração da Companhia mantém provisão para contingências em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$779 (R\$533 em 2021).

	<u>2022</u>				<u>2021</u>	
	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Atual. monetária</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>
Trabalhistas	160	372	-	-	532	160
Cível	15	232	-	-	247	15
Tributário (Funrural)	358	-	-	(358)	-	358
	<u>533</u>	<u>604</u>	<u>-</u>	<u>(358)</u>	<u>779</u>	<u>533</u>

	<u>2021</u>				<u>2020</u>	
	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Atual. monetária</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>
Trabalhistas	99	61	-	-	160	99
Cível	-	15	-	-	15	-
Tributário (Funrural)	423	-	-	(65)	358	423
	<u>522</u>	<u>76</u>	<u>-</u>	<u>(65)</u>	<u>533</u>	<u>522</u>

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

17. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

Depósitos judiciais

	2022				2021	
	Saldo Inicial	Adições	Atual. monetária	(Baixa)	Saldo	Saldo
Cíveis	-	171	17	-	188	-
Tributário (Funrural)	20.331	437	1.907	-	22.675	20.331
	20.331	608	1.924	-	22.863	20.331

	2021				2020	
	Saldo Inicial	Adições	Atual. monetária	(Baixa)	Saldo	Saldo
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Tributário (Funrural)	18.241	1.715	520	(145)	20.331	18.241
	18.241	1.715	520	(145)	20.331	18.241

O FUNRURAL é uma contribuição social que substitui a cota patronal do encargo previdenciário, acrescido do percentual dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT, sendo para o segurado especial o custeio de sua previdência para aposentadoria e outros benefícios junto a Previdência Social. A alíquota do FUNRURAL conforme nova redação dada pela Lei nº 13.606/2018, publicada em 10/01/2018, é de 1,5%, sendo 1,2% para o INSS e 0,1% para o RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, criada pela Lei 8.315/91, que apesar de possuir natureza jurídica distinta do FUNRURAL, também é calculada sobre o valor da comercialização da produção e recolhida na mesma GPS - Guia da Previdência Social. A cobrança da contribuição ao FUNRURAL se dá pelo regime de substituição tributária, sendo retido o percentual a pagar ao produtor rural e repassada ao Fisco pelos adquirentes da produção.

Anteriormente à publicação da nova lei em 10/01/2018, a alíquota da contribuição era de 2,1%, sendo 2,0% para INSS e 0,1% para RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

A exigibilidade da contribuição ao FUNRURAL foi questionada em juízo, dentre outros motivos, porque o produtor rural pessoa física com empregados era onerado desproporcionalmente com o referido regime de contribuição, diferentemente do produtor sem empregados que possui regime previsto no artigo 195, § 8º, da Constituição Federal, assim como os produtores pessoa jurídica com regime previdenciário distinto, em contrariedade aos princípios erigidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente o da isonomia, que buscam preservar a identidade de benefícios, serviços prestados e unicidade de incidências, que somente podem ser excepcionadas pela própria Carta Maior.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

17. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

Depósitos judiciais--Continuação

Por meio do Recurso Extraordinário nº 363.852, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional a exigência da contribuição ao FUNRURAL para pessoas físicas, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 8.540/92, que alterou a Lei nº 8.212/91, por entender que a contribuição previdenciária do FUNRURAL foi instituída por uma lei ordinária e não por uma lei complementar, como deveria ter ocorrido, e que o contribuinte estava compelido a recolher duas contribuições com a mesma destinação.

No entanto, em razão da edição da Emenda Constitucional 20/1998 - que deu nova redação ao art. 195, I, da CF - a questão voltou ao STF e em março de 2017, a Corte decidiu pela constitucionalidade formal e material da contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela lei 10.256/01, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção (RE 718.874).

Contudo, apesar da decisão desfavorável proferida no RE 718.874, o processo da Companhia está suspenso em razão da repercussão geral conhecida no RE 761.263, ainda pendente de julgamento, que trata do regime aplicável particularmente aos segurados especiais. O referido recurso irá analisar os efeitos a eles aplicáveis do reconhecimento da inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei 8.212/91, e eventuais efeitos ripristinatórios; se há, ou não, inconstitucionalidade integral da redação originária do art. 25 da Lei 8.212/91 (para segurados especiais e empregadores rurais), por desvirtuamento da base de cálculo fixada no art. 195, § 8º, da Constituição Federal; e caso se reconheça a ausência de identidade entre receita bruta proveniente da comercialização de sua produção e resultado da comercialização da produção, a verificação de constitucionalidade da criação de nova fonte de custeio da Previdência Social por meio de lei ordinária anterior à EC 20/98, cobrada dos segurados especiais, por violação aos artigos 154, I, e 195, I, § 4º da Constituição.

Sendo assim, a Companhia efetua os depósitos judiciais para as transações com fornecedores que não possuem liminar, para os que possuem liminar a Companhia não efetua os depósitos respaldada pela explicação supracitada.

O risco de perda dessa discussão foi considerado como Perda Possíveis pelos assessores jurídicos e pela Administração, por essa razão não existe provisão para perdas registrado no Passivo da Companhia, apenas a divulgação dos valores envolvidos e ampla divulgação da natureza da discussão.

Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2022, existem processos no montante de R\$42.664 (R\$46.491 em 2021), referente a ações fiscais, trabalhistas, cíveis e tributárias consideradas como probabilidade de perda "possível" do qual as normas contábeis não requerem provisões.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Os principais processos das possíveis perdas da Companhia referem-se à:

- Processo tributário referente ao Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) no valor de R\$11.905;
- Processo cível referente a ação de cobrança no valor de R\$7.340;
- Processo tributário referente a despacho decisório no valor de R\$3.468; e
- Processo tributário referente a despacho decisório no valor de R\$2.185.

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da taxa efetiva

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(27.482)	(27.655)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	-	-
Prejuízo fiscal a compensar / Base negativa da contribuição social	9.533	8.493
Valor justo da combinação de negócio (c)	3.983	4.111
Ágio na combinação de negócio	(3.940)	(3.940)
Outras adições/exclusões, líquida	(1.057)	227
Despesas com imposto de renda e contribuição social	8.519	8.891
Impostos de renda e contribuição social – correntes	(930)	(131)
Impostos de renda e contribuição social – diferidos	9.449	9.022
Total	8.519	8.891
Taxa efetiva	-31%	-32%

b) Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, conforme segue:

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Diferidos--Continuação

	31/12/2022		Movimentação		31/12/2021	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.373	6.373	1.409	1.409	4.964	4.964
Provisões para contingências tributárias	-	-	(358)	(358)	358	358
Provisões para contingências trabalhistas	532	532	372	372	160	160
Provisões para contingências cíveis	246	246	231	231	15	15
Outras provisões	-	-	(2.027)	(2.027)	2.027	2.027
Valor justo da combinação de negócio (c)	(22.283)	(22.283)	11.713	11.713	(33.996)	(33.996)
Ágio (goodwill)	(50.212)	(50.212)	(11.588)	(11.588)	(38.624)	(38.624)
Prejuízo fiscal / Base negativa	93.676	93.573	28.038	28.038	65.638	65.535
Total da base para imposto de renda/contribuição social	28.332	28.229	27.790	27.790	542	439
Alíquota fiscal	25%	9%	-	-	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.083	2.541	6.948	2.501	136	39
Saldo de imposto de renda e contribuição social diferido	<u>9.624</u>		<u>9.449</u>		<u>175</u>	

Baseada em seu histórico de realização e nas projeções de resultado futuro, a Companhia estima gerar lucro tributável superior ao saldo de impostos diferidos ativos nos próximos dez anos.

c) Valor justo da combinação de negócio (a)

	31/12/2022	Amortização	31/12/2021
Marcas	1.505	(9.034)	10.539
Ativo imobilizado	20.752	(2.526)	23.279
Ativo intangível	6	(36)	42
Acordo de não competição	19	(177)	136
	<u>22.282</u>	<u>(11.773)</u>	33.996

(a) Veja mais detalhes na nota explicativa 2 sobre combinação de negócio.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim distribuída:

	Tipo de ações	31/12/2022		31/12/2021	
		Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
Washington Umberto Cinel	Ordinárias	-	-	90.094.346	98,58%
Cláudia Isabel Luciano Cinel	Ordinárias	-	-	386.919	0,42%
Lázaro Aparecido Moreto	Preferenciais	-	-	913.952	1,00%
UBL Participações Ltda.		163.658.619	100%	-	-

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$124.617 (R\$88.544 em 31 de dezembro de 2021), as ações têm valor nominal de R\$0,7614 cada.

Em 01 de junho de 2022, a Companhia registrou aumento de Capital social no valor de R\$36.073. Com esta integralização o Capital social da Companhia Broto Legal Alimentos S.A. passou de R\$88.544 para R\$124.617. O aumento de capital se deu especialmente pela transferência de bens imóveis, conforme exposto na nota explicativa 10.

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20 % do capital social. Não foi constituída a reserva legal em 2022 e em 2021 devido ao prejuízo do exercício.

Reserva de investimento

A reserva de investimento se refere ao benefício fiscal advindo da lei complementar 160/17, a qual não poderá ser distribuída aos acionistas no período inferior a cinco anos. Caso isso ocorra, a Companhia deverá tributar esta distribuição e atualizar monetariamente. O saldo apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia é referente ao período de 2018.

Dividendos

O estatuto social prevê que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para Imposto de renda e Contribuição social.

Do resultado remanescente será deduzida a participação dos administradores, desde que seu total não ultrapasse nem a remuneração anual dos administradores nem a décima parte do lucro líquido apurado, prevalecendo o limite que for menor.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos--Continuação

O lucro líquido verificado, após efetuados as deduções previstas no parágrafo anterior, terá a seguinte destinação: a) 5% para Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; b) 25%, no mínimo, para o pagamento dos dividendos dos acionistas; c) o saldo terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

De acordo com as disposições estatutárias é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, em função do prejuízo no exercício, nenhum dividendo foi apurado e distribuído.

20. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Vendas no mercado interno	436.656	529.923
Vendas no mercado externo	21.991	66.542
Total das vendas brutas	458.647	596.465
Descontos e acordo comerciais	(19.151)	(18.702)
Devolução	(5.831)	(31.382)
Impostos incidentes sobre vendas	(27.111)	(33.630)
	406.554	512.751

O saldo das vendas brutas por produto está demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Arroz	242.907	377.710
Feijão	179.687	171.129
Outros	36.053	47.626
	458.647	596.465

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

21. Gastos por natureza e função

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo incorridos com materiais e produtos	(318.092)	(419.556)
Salários e benefícios	(24.043)	(25.075)
Fretes e carretos	(14.664)	(18.321)
Comunicação	(285)	(323)
Comissões de vendas	(2.947)	(4.231)
Viagens e veículos	(285)	(485)
Energia elétrica	(6.737)	(4.992)
Serviços profissionais	(6.805)	(8.850)
Depreciação e amortização	(20.492)	(18.002)
Manutenção de máquinas	(3.665)	(3.691)
Comissões sobre compras	(1.788)	(2.722)
Aluguéis	(629)	(593)
Perda de créditos com clientes	(1.409)	(2.236)
Material de uso e consumo	(986)	(764)
Publicidade e propaganda	(3.902)	(4.059)
Outros	(5.203)	(10.684)
	<u>(411.932)</u>	<u>(524.584)</u>
Gastos por natureza		
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	(350.092)	(445.857)
Despesas com vendas	(36.115)	(52.098)
Despesas administrativas e gerais	(25.725)	(26.629)
	<u>(411.932)</u>	<u>(524.584)</u>

22. Outras despesas e receitas operacionais, líquidas

Outras despesas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Baixa do custo de alienação de ativo	(6.364)	(28)
Outras despesas	(684)	-
	<u>(7.048)</u>	<u>(28)</u>

Outras receitas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Alienação de ativo imobilizado	14.612	130
Receita de venda de sucata	317	128
	<u>14.929</u>	<u>258</u>
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	<u>7.881</u>	<u>230</u>

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

23. Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas financeiras		
Juros	(31.778)	(14.993)
Multas	(3)	(7)
Despesa com variação cambial	(4.966)	(3.927)
Despesas bancárias	(828)	(1.260)
IOF	(139)	(742)
Impostos	(50)	(10)
Descontos concedidos	(701)	(300)
Despesas com operações estruturadas	(1.432)	(699)
	<u>(39.897)</u>	<u>(21.938)</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	52	55
Juros recebidos	13	35
Receita com variação cambial	5.942	4.648
Rendimentos de aplicações financeiras	980	132
Atualizações monetária	2.925	1.016
	<u>9.912</u>	<u>5.886</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(29.985)</u>	<u>(16.052)</u>

24. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e mensuração do valor justo

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

A norma também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação contábil e mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para instrumentos ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Os valores dos instrumentos financeiros representam uma aproximação de seus valores justos, considerando as características dos instrumentos.

31 de dezembro de 2022			
	Nota	Classificação	Valor contábil
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	6	Custo amortizado	21.278
Contas a receber de clientes	7	Custo amortizado	63.714
Adiantamento a fornecedores		Custo amortizado	4.150
Outros créditos	11	Custo amortizado	14.903
			<u>104.045</u>
Passivo			
Fornecedores	16	Outros passivos financeiros	15.221
Empréstimos e financiamentos	13	Outros passivos financeiros	2.531
Arrendamento mercantil		Outros passivos financeiros	2.417
Certificado de registro do agronegócio a pagar	14	Outros passivos financeiros	87.858
Outras obrigações		Outros passivos financeiros	264
			<u>108.291</u>

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Riscos de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adotou como prática a análise das situações financeira e patrimonial dos clientes, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a concentração em clientes potenciais e da política de cobrança da Companhia.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Contas a receber de clientes

A Companhia estabelece uma política de provisão para perdas por redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas em relação às contas a receber de clientes. Os títulos a receber das empresas ligadas não são considerados no cálculo dessa provisão.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera e informações prospectivas (forward-looking).

Avaliação da perda por redução ao valor recuperável

A política de avaliação da perda por redução ao valor recuperável está demonstrada na nota explicativa 9.

A composição por vencimento desses instrumentos financeiros no final do exercício de relatório está demonstrada na nota explicativa 9.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa e derivativos

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$21.278 em 31 de dezembro de 2022 (R\$28.024 em 2021). Caixa e equivalentes de caixa são mantidos principalmente com instituições financeiras de primeira linha autorizadas a funcionamento pelos órgãos reguladores oficiais (Bacen).

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou danos que podem prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de liquidez

O vencimento contratual e exposição do risco de liquidez dos passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo o pagamento de juros, está apresentado abaixo.

Em milhares de Reais	Fluxos de caixa contratuais - 31 de dezembro de 2022				
	Valor Contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores	15.221	15.221	14.239	982	-
Empréstimos e financiamentos	2.531	2.531	-	-	2.531
Arrendamento mercantil	2.417	2.417	201	1.394	822
Certificado de registro do agronegócio a pagar	87.858	87.858	7.839	36.484	43.535
Outras obrigações	264	264	130	134	-
Total	108.291	108.291	22.409	38.994	46.888

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, e taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado--Continuação

A Companhia não opera com derivativos e cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelas políticas internas da Companhia.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, que é o Real (R\$). Essas operações são denominadas principalmente em Dólar Americano (USD).

Exposição a moeda estrangeira

Os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registradas no balanço patrimonial estão demonstrados no quadro a seguir:

	Taxa em exposição	2022	
		Exposição (USD)	Exposição (BRL)
Contas a receber de clientes no exterior	USD	984	5.135
Exposição líquida		984	5.135

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital por meio da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/ patrimônio líquido), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A Dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzidas dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, de títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo e de aplicações financeiras de longo prazo.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 6)	21.278	28.024
(-) Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 13)	(2.531)	(134.482)
(-) Arrendamento mercantil	(2.417)	(4.591)
(-) Certificado de registro do agronegócio a pagar (nota explicativa 14)	(87.858)	(131.733)
Caixa líquido	<u>(71.528)</u>	<u>(242.782)</u>

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Análise da sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício seguinte.
- Cenário II: estimativa considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: estimativa considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

	Risco	Taxa em 31/12/2022	Taxa cenário provável (a)	31 de dezembro de 2022			
				Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da CDI	13,65%	13,36%	20.782	2.776	2.082	1.388
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	13,65%	13,36%	(2.531)	(338)	(423)	(507)
Arrendamento mercantil	Alta da CDI	13,65%	13,36%	(2.417)	(323)	(404)	(485)
CRA	Alta da CDI	13,65%	13,36%	(93.145)	(12.444)	(15.555)	(18.666)
Efeito				(77.311)	(10.329)	(14.300)	(18.270)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=D11).

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

25. Prejuízo básico diluído por ação

O Prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(18.963)	(18.764)
Quantidade média ponderada de ações emitidas	133.565	91.395
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,14)</u>	<u>(0,21)</u>

26. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado as coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As coberturas ao fim de 2022 são:

<u>Tipos de seguros</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Prazo de vigência</u>
Seguro empresarial	193.566	31/07/2022 até 31/07/2023
Seguro de veículos	Tabela FIPE	05/09/2022 até 05/09/2023